

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – IMPRES DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA - SC	
Protocolado as fls. do livro nº	
Req. Nº	136673 em 16 / 12 / 2014
Pago cfe. Guia nº	

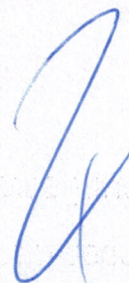
PROCESSO DE LICITAÇÃO n.º 1/2014/IMPRES

Edital TP n.º 1/2014/IMPRES

PAR ENGENHARIA FINANCEIRA Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.306.104/0001-36, com sede na Rua Tabapuã, 649 – Conjunto 41 – Itaim Bibi – São Paulo/ SP, vem, através de seu procurador infrafirmado Dr. TIAGO DE AZEVEDO LIMA, advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 36.672, e-mail: tiago@deazevedolima.adv.br, respeitosamente, à presença de Ilustre Comissão de Licitações, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresentar tempestivamente

RECURSO ADMINISTRATIVO

expondo e requerendo ao final, o que segue:



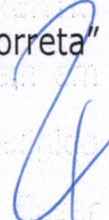
-I-
INTRÓITO

Em data de 09 de Dezembro de 2.014, às 15:00 Hrs., nas dependências do prédio da Prefeitura de Joaçaba, procedeu-se a abertura do Processo de Licitação em comento, sendo entregues no setor de protocolo os envelopes das seguintes Empresas: SMI PRIME – Consultoria de Investimentos Ltda. e PAR Engenharia Financeira Ltda., ora RECORRENTE.

Foram abertos os envelopes dos documentos de habilitação **das duas únicas empresas participantes**, passando em seguida a análise dos mesmos.

Após análise dos documentos fornecidos pela RECORRENTE, pelos membros desta Ilustre Comissão de Licitações, esta entendeu por bem em julgá-la inabilitada, justificando que a proponente no que tange ao documento exigido no subitem 4.1.4 do Edital em tela, foi apresentado em nome do Sr. Mário Cesar Falcão, entretanto, o documento exigido no subitem 4.1.5 do mesmo edital (Certificado ANBIMA) foi apresentado em nome do Sr. Renan Foglia Calamia.

Justificou ainda, esta Ilustre Comissão de Licitações, que com relação ao exigido no subitem 4.1.6 do Edital (Autorização da CVM e Certificados ANBIMA ou APIMEC) **foi comprovado através de fotocópia da carteira de trabalho do Sr. Renan Foglia Calamia**, o que entendem, que não atende o exigido no referido subitem. Com relação ao Sr. Mario Cesar Falcão, houve a "correta"



comprovação, contudo deixou de cumprir a RECORRENTE o item 4.1.5.

Por fim, a Ilustre Comissão de Licitações, "interpretou" ainda que a RECORRENTE não cumpriu o subitem 4.1.7, entendendo que os atestados de capacidade técnica apresentados, não comprovam se de fato a proponente já prestou serviços em funções similares às constantes do objeto da presente licitação.

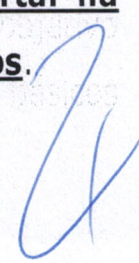
Data maxima venia a r. Decisão é totalmente ilegal, abusiva, devendo ser reformada em sua totalidade, senão vejamos:

-II-

Das Razões Recursais

Inconteste que a Licitação **caracteriza-se** pelo objetivo de imprimir eficiência nas contratações públicas, condicionada aos princípios básicos das licitações.

Ainda neste diapasão, a verificação de condições de aceitação dos documentos apresentados em licitações públicas deve ser feita com observância dos requisitos que se prestam à sua finalidade, contudo, **sem apego exagerado às formalidades e rigorismos literais que possam iludir ou desviar os agentes administrativos responsáveis pela condução dos certames, dos propósitos fundamentais do procedimento, dele afastando ofertas válidas e participantes qualificados, logo, o que deve importar na licitação pública, é a substância das coisas e não o rigorismo dos atos.**



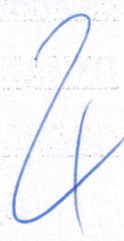
No presente caso, inconteste, que restaram presentes os documentos habilitatórios com as exigências contidas no Edital, bem como, comprovada a aptidão da RECORRIDA para a execução do objeto licitado.

Em que pese o interpretado por esta Ilustre Comissão de Licitações, conforme expressamente justificado em sua r. Decisão, faz interpretações das cláusulas do edital com extremo rigorismo, bem como, interpretando que os documentos dos profissionais deveriam ser cumulativos, apesar de assim não escrito no presente Edital.

Ainda, inconteste que os atestados de capacidade técnica comprovam que a RECORRIDA já prestou serviços em funções similares constantes do objeto da presente licitação, PORQUANTO DEMONSTRAM QUE ESTÃO ATUALMENTE PRESTANDO SERVIÇO ANALOGO AO OBJETO DO CERTAME! Logo decisão eivada de extremo rigorismo!

Qualquer outro documento diverso, mas pertinente, ao objeto do edital, constitui apenas mero vício formal, sem qualquer repercussão na esfera de direito dos participantes.

Assim sendo, a r. Decisão, ora recorrida, não observou os princípios licitatórios, bem como, não ampliou a disputa e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



Neste sentido é pertinente trazer à baila os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e para tanto consignamos na presente contrarrazões recursais, as precisas lições de Marçal Justen Filho¹, *in verbis*:

"A Administração está constrangida a adotar alternativa que melhor prestigie a racionalidade do procedimento e seus fins. Não seria legal encampar decisão que impusesse exigências dissociadas da realidade dos fatos ou condições de execução impossível. O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incumbe ao Estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos. **Sob esse ângulo, as exigências da Lei ou do Edital devem ser interpretadas como instrumentais** ..." (g.n.).

Não há como negar que a finalidade maior do processo licitatório **é a aquisição da melhor proposta a ser obtida pelo Poder Público, mediante disputa a ser desenvolvida entre interessados**. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade devem ser observados, posto que, eventual infração ao instrumento convocatório, mostrando-se mínimo e principalmente, no caso dos autos, interpretativos, **o interesse da Administração deve prevalecer em detrimento ao excesso de formalismo**.

No presente caso, **inconteste**, que eventual infração pela RECORRENTE ao instrumento convocatório mostrou-se mínimo. **Os documentos principais que demonstram a sua aptidão para a execução do objeto do presente certame, constam dos autos, não cabendo a sua exclusão em face**

¹ Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo. Dialética, 2.000.

da eventual interpretação de cláusula e/ou documento diverso, mas com o mesmo objetivo comprobatório.

Trata-se, portanto, de uma questão formal, a qual não inviabiliza a essência jurídica do ato, sendo dever da Administração considera-lo como válido o ato, aplicando o princípio do formalismo moderado. A essência de tal princípio é representada pela presença dos erros ou vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração ao instrumento convocatório, e até mesmo a textos normativos, não ofendem à essência do interesse que a forma visa exteriorizar.

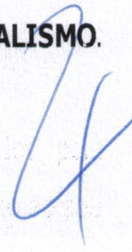
Conforme preceitua o professor Carlos Pinto Coelho Mota², *in verbis*:

"Falhas formais, portanto, são aquelas decorrentes de atos impróprios, ilegais, praticados pela Administração ou por parte de quem com ela se relaciona, mas que não afetem ou digam respeito ao seu conteúdo, isto é, como o próprio nome diz, são de mera forma. Não maculam a essência do ato praticado ou da manifestação realizada. (...). Uma falha formal identificada na documentação ou proposta dos licitantes, por exemplo, não significa que o licitante deva ser inabilitado ou a sua proposta desclassificada". (g.n.).

Nossa jurisprudência é unânime em repudiar o excesso de formalismo nas licitações públicas, das quais destacamos as seguintes:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. MENOR PREÇO POR ITEM. EXCESSO DE FORMALISMO.

² Eficácia nas Licitações e Contratos - Estudos e Comentários às Leis 8.666/93 e 8.987/95.

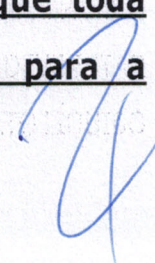


ERRO FORMAL. QUANTITATIVO EQUIVOCADO. PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. INOCORRÊNCIA DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL.

SEGURANÇA CONCEDIDA. I – A discriminação equivocada da quantidade do objeto da licitação constitui mero erro formal, não causando nenhum prejuízo à administração, tanto mais porque a impetrante apresentou o menor preço por item, conforme art. 6.6 do edital; II – o princípio da igualdade entre as licitantes não foi desrespeitado porque ofertados a todas as mesmas oportunidades. **Soma-se que na aplicação de tal princípio, deve-se sopesar que uma das finalidades da licitação é a participação do maior número de concorrentes;** III – **a concepção moderna das regras do processo licitatório, como instrumento de realização do fim colimado – seleção de melhor proposta – repudia o excesso de formalismo,** que culmina por inviabilizá-lo; IV – segurança concedida. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO. MANDADO DE SEGURANÇA N.º 023443/2007) CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EDITAL. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EM LÍNGUA PORTUGUESA. REQUISITO NÃO CUMPRIDO PELA LICITANTE DECLARADA VENCEDORA DO CERTAME. OPÇÃO DA AUTORIDADE POR REGRA EDITALÍCIA QUE AUTORIZA RELEVAR ASPECTOS FORMAIS. PRESERVAÇÃO DA FINALIDADE DO CERTAME. ADEQUAÇÃO DA POSTURA ADMINISTRATIVA. CONDIÇÃO QUE EM NADA CONTRIBUI PARA O OBJETO DA LICITAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL QUE DEVE ESTAR EM CONSONÂNCIA COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DO INTERESSE PÚBLICO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO DEMONSTRADO - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

Quanto a apresentação da carteira de trabalho e não apresentação do livro de funcionários, o que *data maxima venia*, ambos os documentos, cumpre a exigência do item em comento, por simples diligência do Instituto o fato pode ser resolvido, daí que, por tudo o quanto já acima exposto, impertinente é o particular do recurso sob comento.

Derradeiramente, **focando na premissa de que toda licitação deve ser em busca da contratação mais vantajosa para a**



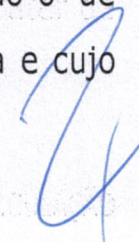
Administração, seria inviável, para a perfeita contratação administrativa, a adoção de formalidades inúteis, tanto quanto a total liberação para que, com critérios subjetivos, o administrador contrate da forma que melhor o aprouvesse, assim, pois, a falta de formalismo.

As leis e princípios que cingem os processos licitatórios, bem como a contratação, neste caso especialmente o da Vinculação ao Instrumento Convocatório, ressalvam a liberdade para a Administração definir suas condições, entretanto, concomitantemente, estrutura-lhes de modo a restringir a discricionariedade a determinadas etapas.

A exigência da vinculação do administrador não é absoluta, sob pena de quebra da competitividade. Com essa inteligência, vêm os Tribunais abrandando o princípio do formalismo procedimental, quando se tratar de mera irregularidade:

"EMENTA: DIREITO PÚBLICO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO PELO JUDICIÁRIO, FIXANDO-SE O SENTIDO E O ALCANCE DE CADA UMA DELAS E ESCOIMANDO EXIGÊNCIAS DESNECESSÁRIAS E DE EXCESSIVO RIGOR PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO. POSSIBILIDADE. CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA ESSE FIM. DEFERIMENTO.

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao Edital não é absoluto, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolem os ditames da lei de regência e cujo



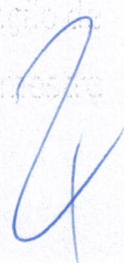
excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração.

O formalismo no procedimento licitatório, como já visto anteriormente, não significa que se possa desclassificar propostas eivadas de simples omissões ou defeitos irrelevantes. O STF já exarou sobre esta questão. Vejamos:

"EMENTA: LICITAÇÃO: IRREGULARIDADE FORMAL NA PROPOSTA VENCEDORA QUE, POR SUA IRRELEVÂNCIA, NÃO GERA NULIDADE." (STF, ROMS nº 23.714-1/DF, 1ª T., Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJU 13.10.2000)

Na ausência de dano, não há o que se falar em anulação de julgamento, tampouco de procedimento, inabilitação de licitantes, desclassificação de propostas diante de simples omissões ou irregularidades. Assim se posiciona o mestre "Hely Lopes Meirelles" sobre a regra dominante em processos judiciais: **"Não se decreta nulidade onde não houve dano para qualquer das partes"**. Vejamos:

Assim, o agente da Administração, ao dar efeito aos critérios estabelecidos na fase da licitação, deve propiciar, com praticidade, a resolução de problemas de cunho condizente com sua competência, sem "engessar" o procedimento, de modo a que o licitante não fique vulnerável à exclusão por qualquer tipo de desconexão com a regra estabelecida, ainda que de caráter formal, salvo quando de todo justificável.



-III-

Dos Requerimentos

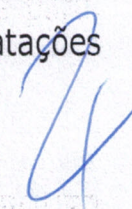
Diante do acima exposto e por tudo mais que dos autos constam, requer a essa respeitável Comissão de Licitações, que se digne em dar **PROVIMENTO ao presente Recurso**, com o fito de rever e reformular a decisão exarada, mais precisamente que julgou a RECORRENTE como inabilitada deste processo licitatório.

Não sendo acatado o requerimento acima formulado, requer que se dignem de fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhes for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito.

Requer mais, sejam intimadas as demais licitantes para, querendo, impugnarem o presente Recurso Administrativo.

Não sendo acatada a presente medida recursal, REQUER que sejam extraídas peças de todo o processo licitatório, remetendo-as ao Ilustre Representante do Ministério Público, com o fim de apurar a necessidade de instauração de um Inquérito Civil, com o fim de investigar possíveis irregularidades na prática dos atos administrativos na condução do referido certame.

Não sendo acatada a presente medida recursal, REQUER que sejam extraídas peças de todo o processo licitatório, remetendo-as ao Egrégio Tribunal de Contas Competente, responsável pela análise das contratações



celebradas decorrentes das contratações públicas, com o fim de apurar possíveis irregularidades na prática dos atos administrativos na condução do referido certame.

Termos em que,

Pede Deferimento.

Joaçaba(SC), 15 de Dezembro de 2.014.

Tiago de Azevedo Lima

OAB/SC 36.672

PROCURAÇÃO

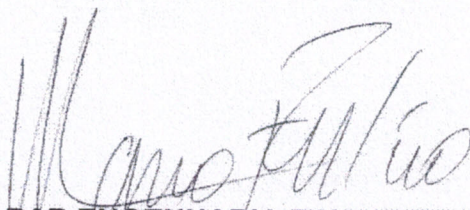
OUTORGANTE – **PAR ENGENHARIA FINANCEIRA Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 20.306.104/0001-36, com sede na Rua Tabapuã, 649 – Conjunto 41 – Itaim Bibi – São Paulo/SP, neste ato devidamente representada por seu sócio infrafirmado, o Sr. **Mario Cesar Falcão**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 10.774.249, inscrito no CPF/MF sob o n.º 084.633.028-82.

OUTORGADOS – **TIAGO DE AZEVEDO LIMA**, brasileiro, união estável, advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 36.672, no CPF/MF sob nº 009.814.910-57, com escritório à Rua Sete de Setembro, nº 59, Sala 07, 2º Andar, Centro, Joaçaba/SC, CEP 89600-000, Fone: (49) 3522-0700, Celular: (49) 9914-6999.

OBJETO – Representar a Outorgante no PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2014/IMPRES, **EDITAL TP Nº 1/2014/IMPRES**, promovido pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – IMPRES.

PODERES – Apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de abertura de documentação de habilitação e de propostas, assinarem as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos e assinar todos os atos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Joaçaba(SC), 15 de Dezembro de 2014.



PAR ENGENHARIA FINANCEIRA Ltda
CNPJ/MF n.º 20.306.104/0001-36

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLÍCIA

8100-0

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

Mário Falcão

BR/3 04062

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

10.774.249-4

DATA DE EMISSÃO 07/AGO/2014

NOME MARIO CESAR FALCÃO

FILIAÇÃO MARIO CLEMENTINO FALCÃO

E LÍCIA FREITAS SILVA FALCÃO

NATURALIDADE S. PAULO -SP

DATA DE NASCIMENTO 23/SET/1958

COCORREN

SÃO PAULO-SP

IBIRAPUERA

CC: LV. B051/FLS. 024 /N. 014754

084633028/82

177 Delegado Divisório

Roberto de Almeida JRG.D.551/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SINGULAR

CONVÊNIO
CIESP

01 10 14

22



JUCESP PROTOCOLO
0.928.137/14-4



PAR ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA.

2ª Alteração Contratual

NIRE: 35.228.435.292

CNPJ: 20.306.104/0001-36

Pelo presente instrumento particular:

a) **MARIO CESAR FALCÃO**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG: 10.774.249 SSP/SP, inscrito no CPF: 084.633.028-82, residente e domiciliada nesta cidade e Capital do Estado de São Paulo, na Rua Guararapes, 300, Ap. 124, Brooklin, CEP 04561-000;

único sócio da sociedade limitada denominada "**PAR ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA.**", com sua sede estabelecida nesta Capital do Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho, 5.569, 5º Andar, Jardim Paulista, CEP: 01407-200, devidamente registrada na JUCESP sob o NIRE: 35.228.435.292, em sessão de 22.05.2014, tem entre si justo e contratado alterar o Contrato Social da referida sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

SEDE

Resolve alterar o endereço para Rua Tabapuã, 649, Conjunto 41, Itaim Bibi, CEP: 04533-012, São Paulo – SP.

Delibera o sócio cotista, consolidar o contrato social, que o faz da seguinte forma.

MF
1

PAR ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA.

CONTRATO SOCIAL

CAPÍTULO I

DO NOME EMPRESARIAL, SEDE, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETIVO

Artigo 1º: Sob o nome empresarial de **PAR ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA**, uma sociedade empresária limitada, de conformidade com a Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que se regerá pelo presente contrato e com a aplicação supletiva da Lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e alterações posteriores.

Artigo 2º: A sociedade tem sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Tabapuã, 649, Conjunto 41, Itaim Bibi, CEP: 04533-012.

Artigo 3º: A sociedade poderá abrir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações, quando e onde lhe convier, no país ou fora dele.

Artigo 4º: O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

Artigo 5º: Objetivo Social

a) A consultoria em tecnologia da informação;

b) Os serviços de assessoria para auxiliar o usuário na definição de um sistema quanto aos tipos e configurações de equipamentos de informática (hardware), assim como os programas de computador (software) correspondentes e suas aplicações, redes e comunicação, etc.;

c) Prestação de serviços de consultoria em valores mobiliários, nos termos da regulamentação Comissão de Valores Mobiliários - CVM, podendo, ainda prestar o serviço de consultoria e assessoria em gestão empresarial, planejamento financeiro, estratégico e riscos, que não dependam de autorização específicas.

CAPÍTULO II DO CAPITAL

Artigo 6º: O Capital da sociedade é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), divididos em 100.000 (Cem mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios neste ato em moeda corrente nacional, assim distribuído entre os sócios:

Nome	%	Cotas	Valor
MARIO CESAR FALCÃO	100,00	100.000	R\$ 100.000,00
TOTAL	100,00	100.000	R\$ 100.000,00

Parágrafo Único: O sócio remanescente **MARIO CESAR FALCÃO**, tem interesse em dar continuidade à sociedade, motivo pela qual será feita a admissão de um novo sócio no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 7º: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Artigo 8º: Cada cota do capital dará a seu possuidor o direito a um voto nas deliberações sociais.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9º: A Administração da sociedade será exercida pelo sócio administrador **MARIO CESAR FALCÃO**, já anteriormente qualificado.



ARTIGO 10º

DO ADMINISTRADOR

§ 1º

LIMITAÇÕES

Paragrafo 1º: Ao administrador é vedado fazer-se substituir no exercício de suas funções, sendo-lhe facultado, nos limites de seus poderes, será exercido pelo sócio remanescente

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Paragrafo 2º: O administrador será obrigado a prestar aos sócios contas justificadas de sua administração, e apresentar-lhes o inventário anualmente, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

Salvo estipulação que determine época própria, o sócio pode, a qualquer tempo, examinar os livros e documentos, e o estado da caixa e da carteira da sociedade.


RESPONSABILIDADE

Paragrafo 3º: O administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

O administrador que, sem consentimento escrito dos sócios, aplicar créditos ou bens sociais em proveito próprio ou de terceiros, terá de restituí-los à sociedade, ou pagar o equivalente, com todos os lucros resultantes, e, se houver prejuízo, por ele também responderá.

Paragrafo 4º: Fica sujeito às sanções o administrador que, tendo em qualquer operação interesse contrário ao da sociedade, tome parte na correspondente deliberação.

Paragrafo 6º: O Sr. **MARIO CESAR FALCÃO**, já anteriormente qualificado é nomeado Diretor responsável perante a Comissão de valores Mobiliários – CVM, pela atividade de consultoria de valores mobiliários a ser desempenhada pela Sociedade após o devido credenciamento perante a referida autarquia.



CAPÍTULO IV

DA REUNIÃO DE SÓCIOS

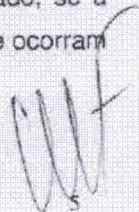
Artigo 10º: As Reuniões de Sócios poderão ser Ordinárias ou Extraordinárias. As Reuniões Gerais Ordinárias realizar-se-ão nos quatro meses seguintes ao término do exercício social e as Extraordinárias sempre que os interesses sociais exigirem.

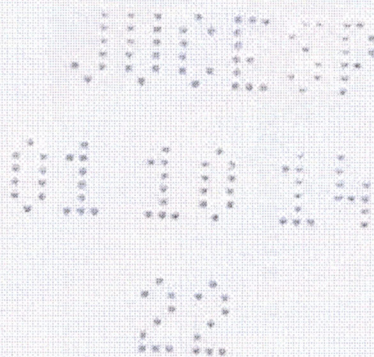
Parágrafo Primeiro: As Reuniões de Sócios somente poderão se realizar, e conseqüentemente deliberar, se tiverem a presença de possuidores de cotas, que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, quando por lei não for exigido quorum superior. Em segunda convocação a Reunião se instalará com qualquer número.

Parágrafo Segundo: As matérias objeto da Reunião Ordinária Anual dos Sócios serão: a) aprovação ou não das contas dos administradores e deliberação sobre o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico do exercício findo; b) designação de administradores – Diretores, se for o caso, e fixação da respectiva remuneração; c) eleição do Conselho Fiscal, se for o caso; d) pagamento de lucros aos sócios, se houver; e) qualquer outro assunto de interesse societário, constante da Ordem do Dia.

Artigo 11º: Dispensam-se as Reuniões de Sócios quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas.

Artigo 12º: As Reuniões de Sócios poderão ser convocadas por qualquer dos sócios e serão presididas por um sócio escolhido pela maioria dos votos presentes. Ao Presidente da reunião caberá a escolha do seu Secretário. As reuniões podem também ser convocadas: a) por sócio, quando os administradores retardarem a convocação, por mais de 60 (sessenta) dias, ou por titulares de mais de 20% (vinte por cento) do capital quando não atendido no prazo de 08 (oito) dias, pedido de convocação fundamentado, com indicação das matérias a serem tratadas, e; b) pelo conselho fiscal, ou por qualquer de seus membros, se instalado, se a diretoria retardar por mais de 30 (trinta) dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.





Artigo 13º: Compete ao sócio administrador, os poderes para: a) introdução de novas atividades da sociedade; b) distribuição de lucros ou dividendos; c) aquisição, oneração ou alienação de participações societárias; d) aprovação, alienação ou hipoteca de bens imóveis da sociedade; e) designação dos administradores, sócios da sociedade, quando feita em ato separado; f) destituição de administrador, sócio ou não, inclusive por justa causa quando estiver colocando em risco a sociedade; g) fixação da remuneração dos administradores, quando não estabelecido no contrato; h) pedido de concordata; i) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

Parágrafo Primeiro: Será necessária a aprovação unânime dos sócios quando houver a designação de administradores, não sócios, se o capital não estiver integralizado, bem como matéria que versar sobre a transformação da sociedade. Neste último caso, o sócio dissidente poderá retirar-se da sociedade.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de o capital estar integralizado, a designação de administradores, não sócios, dependerá da aprovação de 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo Terceiro; Será necessária a aprovação de 3/4 (três quartos) do capital social para as seguintes deliberações: a) qualquer modificação do contrato social; b) incorporação, fusão, cisão e a dissolução da sociedade; c) a cessação do estado de liquidação, ou d) aumento do capital da sociedade com direitos, créditos, dinheiro ou em bens.

Artigo 14º: Os cotistas poderão ser representados nas reuniões pelo administrador, ou por procuradores com poderes específicos, cujo instrumento deverá ser levado a registro, juntamente com a ata. Serão extraídas atas de todas as reuniões, que após serem devidamente assinadas pelo Secretário e pelos sócios participantes deverão ser lavradas no Livro de Atas da Reunião de Sócios, devendo, posteriormente, ser arquivada e registrada no Registro Público de Empresas Mercantis (JUCESP).

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 15º: Por decisão de sócios possuidores de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social, poderá a Sociedade instituir um Conselho Fiscal composto de 03 (três) membros e igual número de suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na Reunião Geral Ordinária realizada anualmente, ou na Reunião Extraordinária que instituir referido Conselho.

Parágrafo Primeiro: Aos membros do Conselho Fiscal, entre outras atribuições, caberão, individual ou conjuntamente, os seguintes deveres: a) examinar trimestralmente os livros e papéis da sociedade e o estado da caixa e da carteira; b) lavrar no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal o resultado dos exames referidos no item anterior; c) examinar no mesmo livro e apresentar à assembléia anual dos sócios parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico; d) denunciar os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, sugerindo providências úteis à sociedade; e) convocar a assembléia dos sócios se a diretoria retardar por mais de 30 (trinta) dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes, e f) praticar, durante o período da liquidação da sociedade, os atos a que se refere esta cláusula.

Parágrafo Segundo: Os sócios detentores de 20% (vinte por cento) do capital social poderão eleger, separadamente, 01 (um) membro do Conselho.

Parágrafo Terceiro: Não poderão ser membros do Conselho Fiscal aqueles que forem membros dos demais órgãos da sociedade ou de outra por ela controlada, os empregados de quaisquer delas ou dos respectivos administradores, ou cônjuge ou parente destes até o terceiro grau.

Parágrafo Quarto: Os membros e os suplentes do Conselho Fiscal serão eleitos pelo período de 01 (um) ano, devendo assinar Termo de Posse lavrado em Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes ao da eleição, sob pena de tornar-se sem efeito.

Parágrafo Quinto: A reeleição e respectiva remuneração de cada membro deverá ser objeto de Reunião Geral Ordinária, realizada anualmente.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS


Artigo 16º: O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado o Balanço Patrimonial da sociedade e preparadas as demais demonstrações financeiras necessárias.

Artigo 17º: Os lucros líquidos apurados no Balanço Patrimonial, levantado no término do exercício social, terão a aplicação que lhes for determinada pelos sócios, em Reunião Geral Ordinária.

Artigo 18: A sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, de suas contas de Ativo e Passivo e Resultado para apresentação aos sócios.

Artigo 19: Os sócio poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Primeiro: Os lucros apurados nos balanços intermediários, poderão ser distribuídos aos sócios, se assim ficar determinado em Reunião Geral Extraordinária.



8

CAPÍTULO VI

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Artigo 20º: A cessão e transferência de cotas por qualquer dos cotistas deverá ser precedida de oferta escrita aos demais cotistas, da qual conste preço e condições de pagamento, os quais terão o direito de preferência de adquiri-las na proporção das cotas que possuírem, no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento protocolado da oferta. Aqueles que exercerem o direito de compra, esgotados os 15 (quinze) dias, terão mais 15 (quinze) dias para, ainda na proporção das cotas que possuírem, adquirir as demais cotas que caberiam aos cotistas que desistirem expressamente, ou por decorrência de prazo, do exercício do direito de preferência.

Artigo 21º: Decorridos os prazos estabelecidos na cláusula anterior, sem que os sócios tenham, no todo ou em parte, exercido os seus direitos de preferência, os ofertantes poderão ceder e transferir as cotas oferecidas a terceiros, desde que nas mesmas condições de preço e de forma de pagamento e no prazo de 15 (quinze) dias a contar do último dia do prazo dado aos demais sócios. Decorrido este prazo de 15 (quinze) dias, sem que as cotas oferecidas tenham sido alienadas a terceiros, somente poderão ser transacionadas após nova oferta aos demais cotistas, obedecendo as condições e prazos estabelecidos na cláusula anterior.

CAPÍTULO VII

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 22º: O falecimento, a declaração de incapacidade ou a insolvência de qualquer sócio não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com os sócios remanescentes e com os herdeiros ou sucessores, que somente entrarão na sociedade se aceitos pelos demais sócios remanescentes, do sócio falecido, declarado incapaz ou insolvente, se for o caso, nas condições previstas neste Capítulo.



ARTIGO 22º

ARTIGO 23º

ARTIGO 24º

Parágrafo Sexto: A participação do sócio retirante, excluído, falido ou morto, apurada de conformidade com o parágrafo 5º do presente artigo será paga em 12 (doze) parcelas mensais de idêntico valor sobre as quais incidirá juros de 1% (hum por cento) mensais, tomando-se por base para estes cálculos a data da apuração dos haveres.

Artigo 23: Em caso de separação judicial ou divórcio de sócio pessoa física, falecimento de cônjuge, meação ou partilha que implique alteração no quadro societário, com atribuição de quotas a quem já não era sócio, o cônjuge ou respectivos herdeiros e sucessores que receberam quotas sociais poderão optar por ingressar na sociedade, desde que os sócios remanescentes aceitem essa participação, observadas as mesmas condições previstas na artigo 27, supra; caso não haja interesse dos que receberam as quotas ou caso os sócios remanescentes recusem o respectivo ingresso na sociedade, serão apurados e pagos os haveres correspondentes às mesmas quotas, na forma prevista no artigo 27, parágrafo 6º, infra, tomando-se como data base de apuração a data da homologação da partilha.

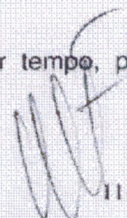
Artigo 24: Aplicam-se igualmente as normas previstas neste Capítulo às sociedade sucessoras, em caso de fusão, cisão ou incorporação envolvendo a sócia pessoa jurídica, bem como nas hipóteses de extinção, liquidação ou falência ou qualquer outra, se da operação resultar modificação no controle societário da sócia pessoa jurídica ou alteração na titularidade das quotas sociais.

Artigo 25º: Em caso de liquidação da sociedade, será liquidante quem for indicado por sócio ou sócios, que representem a maioria do capital social.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26º: O presente contrato poderá ser livremente alterado, a qualquer tempo, por resolução do sócio administrador.



ARTIGO 26º

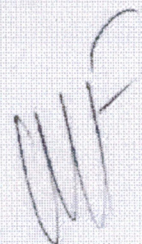
ARTIGO 27º

DECLARAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Os instrumentos de alteração contratual, elaborado por decisão de Reunião de sócios, inclusive no tocante a incorporação, fusão, cisão ou extinção de sociedade, bem como, exclusão de sócio, poderão, para efeitos de arquivamento em órgão de Registro de Comércio, serem assinados somente pelos cotistas presentes à reunião, e terão, para tanto, todos os efeitos legais.

Artigo 27º: Os sócios elegem o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

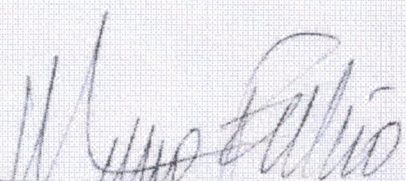
DECLARAÇÃO: O sócio, declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade (art. 1011 § 1º. CC/2002).



JUCESP
01 10 14
23

Por estarem justos e contratados na forma acima, as partes assinam este instrumento particular, em três (3) vias de idêntico teor.

São Paulo, 24 de Setembro de 2014.


MÁRIO CESAR FALCÃO

